

ANÁLISE COMPARATIVA DOS INVESTIMENTOS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL ENTRE AS CONCESSIONÁRIAS E NÃO-CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DAS EMPRESAS INTEGRANTES DO ISE DA BM&FBOVESPA

VANESSA INGRID DA COSTA CARDOSO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

JOANA D'ARC DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ALLAN PINHEIRO HOLANDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

RESUMO:

O objetivo geral deste estudo é identificar se as empresas concessionárias de serviços públicos possuem gastos com responsabilidade social corporativa similar aos das empresas não concessionárias. A amostra foi composta por 11 empresas, sendo 5 empresas concessionárias, que fizeram parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBOVESPA, no período de 2006/2007 a 2008/2009. Esse artigo trata-se do tipo exploratório e descritivo e adota procedimentos bibliográfico e documental e com abordagem quantitativa. As variáveis utilizadas foram as porcentagens dos gastos com indicadores sociais internos, indicadores sociais externos e indicadores ambientais em relação à receita líquida da empresa. Para identificar a similaridade dos gastos utilizou-se a análise estatística de diferença de média, através do teste não paramétrico de Mann-Whitney, sendo realizada uma análise para cada variável. Deste procedeu-se a comparação das variáveis para os dois tipos de empresa e como resultados teve-se que somente os gastos com indicadores sociais externos em relação à receita líquida não apresentam diferença significativa para os dois tipos de empresas analisadas.

Palavras-chave: Responsabilidade social, ISE, Empresas concessionárias de serviços públicos.

1 INTRODUÇÃO

Hoje a sociedade civil está cada vez mais atenta a conduta das empresas, exigindo de seus gestores, sistematicamente, uma postura ética e coerente. As empresas, em busca do alcance de seus objetivos, dentre eles a busca pelo lucro, passam a refletir sobre os impactos de suas atividades operacionais, interferindo cada vez mais na realidade social, cultural e ambiental das localidades onde estão inseridas. Essa interferência pode ocorrer a partir da elaboração de projetos e ações efetivas que tendem a gerar emprego e renda, conscientização e capacitação da sociedade para o mercado competitivo, treinamento de pessoal, proteção ao meio ambiente, busca de insumos com certificados de qualidade, bem como retorno dos investimentos aos acionistas.

Portanto, o bem-estar da sociedade depende de uma ação cooperada e integrada de seus diversos setores, em um processo que tenha como metas a promoção dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente. A essa atuação nos âmbitos social, cultural, ambiental chama-se Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

Nesse contexto, é de grande importância a atuação das empresas concessionárias de serviços públicos, no sentido de promover mudanças nas esferas social, cultural, ambiental e econômico já que suas atividades são delegadas pela Administração Pública em áreas que impactam diretamente a realidade onde estão inseridas.

A concessão de serviço público no Brasil é regida pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, em seu art. 2º, inciso II, que define concessão de serviço público como “a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”. Ressalta-se ainda que a concessão de serviço público é formalizada mediante contrato e deve observar os termos da Lei ante citada, as normas pertinentes e o edital de licitação. Tal contrato é feito pela Administração Pública e caracteriza-se como um instrumento para delegar a outrem a execução de um serviço público, em que execute em seu próprio nome, por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário ou outra forma de remuneração decorrente da exploração do serviço. Pode-se dar concessão às sociedades empresárias de caráter privado ou de economia mista. As sociedades privadas que se incumbem da responsabilidade de realização de serviços públicos são denominadas de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos.

Assim, a questão-problema em torno da qual se desenvolve o presente estudo é: os gastos que responsabilidade social corporativa das empresas concessionárias de serviços públicos são similares aos das empresas não concessionárias?

O objetivo deste estudo consiste em investigar se as empresas concessionárias de serviços públicos mantêm investimentos em responsabilidade social semelhantes aos das empresas não concessionárias de serviços públicos. Para a obtenção de tal objetivo foram analisados os gastos referentes à responsabilidade social corporativa das empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, considerando o período de junho de 2007 a agosto de 2009.

A opção pelo estudo das empresas que compõem o ISE deve-se ao fato desse índice ser composto por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas socioambientais no meio empresarial brasileiro. O ISE foi criado, em dezembro de 2005 pela BM&FBovespa em conjunto com diversas organizações brasileiras, observando as tendências mundiais, em que os investidores buscam empresas socialmente rentáveis, responsáveis e sustentáveis para fazer aplicação de seus recursos. Tais aplicações consideram que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais.

O estudo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seguir, apresenta-se a revisão da literatura, onde a responsabilidade social corporativa, o balanço social e as empresas concessionárias de serviços públicos são contextualizados. Na terceira seção, define-se o proceder metodológico, contemplando as variáveis a serem estudadas, a amostra e a coleta dos dados, a análise estatística e a hipótese da pesquisa. Na quarta seção são apresentados os resultados da pesquisa, seguidas das conclusões.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Responsabilidade Social Corporativa

Responsabilidade social corporativa é um tema contemporâneo cercado de polêmicas, dado que até meados do século XX a premissa regente das empresas com fins lucrativos restringia-se a formação dos lucros, imprescindíveis aos seus acionistas. Defensores da ética

corporativa passaram a contestar a premissa microeconômica até então vigente. A academia, a sociedade e principalmente o mercado de capitais passaram a cobrar das empresas uma postura mais responsável em relação a comunidade, clientes e meio ambiente (HOLANDA, 2009).

Segundo Santana (2008), a primeira abordagem da responsabilidade social corporativa foi de Carnegie no artigo denominado de “Evangelho da Riqueza”, em 1898. A compreensão de Carnegie sobre a responsabilidade social das organizações era baseada em dois princípios básicos: a caridade e a custódia. A caridade refere-se a ajuda que as pessoas mais afortunadas devem aos mais necessitados, enquanto a custódia exigia que as empresas e os ricos utilizassem seus patrimônios em benefício da sociedade.

Contudo, o ponto inicial das discussões sobre a responsabilidade social corporativa nos negócios iniciou-se com Bowen, na década de 1950, que introduziu nos debates acadêmicos as responsabilidades que a sociedade deve esperar dos dirigentes das empresas. O autor salientou que as empresas devem seguir linhas de atuação que sejam desejáveis no que se refere aos objetivos e valores da sociedade na qual estão inseridas (MACHADO FILHO, 2002; BORBA, 2005).

Segundo Oliveira et al. (2006), somente a partir da década de 1970, quando as questões ambientais e sociais passaram a ser temas de grande preocupação na sociedade é que os conceitos de responsabilidade social corporativa ganharam projeção e se desenvolveram.

2.1.1 Conceito

De acordo com o Instituto Ethos (2001) a empresa socialmente responsável vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores. A responsabilidade social corporativa é tida como uma forma de relação entre a empresa e a sociedade, pois visa à satisfação dos funcionários e o bem-estar da sociedade (OLIVEIRA et al., 2004).

A responsabilidade social corporativa, segundo Jaramillo e Angel citados por Ashley (2002), refere-se ao compromisso que as empresas têm com o desenvolvimento, bem-estar e melhoramento da qualidade de vida de todos os seus *stakeholders*, ou seja, a empresa deve ter um compromisso com os empregados e com a comunidade, o que sobrepuja a visão clássica que a empresa deve ter apenas compromisso com seus proprietários.

Para Ashley (2002, p. 29), responsabilidade social corporativa:

pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetam positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo mais específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas com ela.

Logo, pode-se definir a responsabilidade social corporativa como sendo a decisão voluntária de comprometimento da gestão das organizações que passam a contribuir, mesmo não estando ligadas ao objeto social da empresa, em atividades para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. Com base nesse pressuposto, a gestão das empresas não pode ou não deve ser norteadas apenas para o cumprimento de interesses de seus proprietários, mas também pelos de outros detentores de interesses como por exemplo, os trabalhadores, as comunidades locais, os clientes, os fornecedores, as autoridades públicas, os concorrentes e a sociedade em geral.

2.2 Sustentabilidade Empresarial

A Sustentabilidade Empresarial caracteriza-se, além da conciliação da boa operacionalização com a preservação do meio ambiente, com a gestão eficiente, responsável e sustentável, pois gera benefícios para todas as partes interessadas, que investem, trabalham ou utilizam seus serviços da entidade e ao mesmo tempo resguarda o ambiente onde a empresa está inserida.

De acordo com Machado et al (2009, p. 26):

O conceito de sustentabilidade foi inicialmente utilizado nas disciplinas de Economia Ambiental e Ética Empresarial (BARBOSA, 2007), caracterizando-se como um termo interdisciplinar, uma vez que é usado em várias áreas do conhecimento. A sustentabilidade pode ser entendida como uma questão de se estabelecer distribuição igualitária de bem-estar associado aos recursos naturais nas dimensões inter e intra-temporal.

Logo, percebe-se que a gestão sustentável permite a eficiência e responsabilidade da empresa perante a sociedade. A lucratividade da empresa e o emprego eficiente dos recursos, para minimizar os impactos sobre o meio ambiente são fundamentos importantes e essenciais para a execução de tal sustentabilidade.

Rabelo (2008) comenta que a sustentabilidade empresarial caracteriza-se por práticas das empresas em que estas suprem as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras a atenderem as suas posteriores necessidades e, além disso, garantem uma boa imagem mercadológica para seus produtos e serviços, pois demonstram o respeito e preocupação com as condições ambientais e da sociedade em que estão inseridas.

Dessa forma pode-se perceber que a sustentabilidade empresarial expandi também estratégias mercadológicas, para a boa imagem da empresa perante possíveis *stakeholders*.

Ao desenvolver-se o conceito de sustentabilidade empresarial algumas medidas foram efetuadas quanto a análise da valorização das ações de empresas que investem intensamente em responsabilidade socioambiental.

A Bolsa de Valores dos Estados Unidos, em 1999, criou o *Dow Jones Sustainability Index* - DSJI (Índice de Sustentabilidade *Dow Jones*), primeiro índice a avaliar o desempenho financeiro das empresas líderes em sustentabilidade.

No Brasil, em 2005, a Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros - BM&FBOVESPA, criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE. O ISE é baseado-se no *Triple Bottom Line*, que consiste na análise em conjunto, do crescimento econômico, preservação ambiental e elementos sociais. O ISE reuniu em sua primeira carteira 33 ações de 28 empresas. Ele é composto por empresas com relevante comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e, além disso, atua como incentivador das boas práticas no meio empresarial brasileiro. Essas empresas respondem a um amplo questionário de suas práticas de sustentabilidade e, a partir deste, a BM&FBOVESPA efetua o cálculo e a gestão técnica do índice.

Ressalta-se que as empresas que compõem a carteira de ações do ISE são avaliadas anualmente, de dezembro de um ano até novembro do ano seguinte (MACHADO et al., 2009). A carteira teórica do ISE tem vigência de um ano, sendo reavaliada utilizando-se os procedimentos e critérios integrantes na metodologia do índice.

2.3 Balanço Social como ferramenta de divulgação das ações socioambientais das empresas

A complexidade da economia moderna ampliou os *stakeholders* legítimos das companhias e, dessa maneira, exige-se que as informações divulgadas por elas devam atender a esses diferentes usuários (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). A Contabilidade preocupada em atender os interesses desses novos usuários, desenvolveu uma nova especialidade denominada de contabilidade socioambiental. Essa nova especialidade passou a divulgar as informações sociais e ambientais em relatórios sociais, que, segundo Tinoco e Kraemer (2008, p. 87):

geração de relatórios contábeis e sociais que superem as limitações ortodoxas às quais a contabilidade financeira se mantém presa e permitem relacionar o desempenho econômico e financeiro ao desempenho operacional, ambiental e social, bem como explicitem a nova riqueza gerada pela atividade empresarial e sua distribuição entre os agentes de sua produção.

Os relatórios sociais consistem em mecanismos de avaliação da atuação das entidades para com a sociedade, evidenciando as informações socioambientais neles contidas, constituindo-se em instrumentos efetivos para medir e controlar as consequências, os custos e os benefícios derivados das ações socioambientais das companhias.

Conforme Freire (2003), os demonstrativos sociais servem para realizar um diagnóstico da gestão empresarial em relação ao cumprimento de sua responsabilidade social corporativa em determinado período, permitindo redefinir políticas e estabelecer programas, possibilitando a avaliação dos investimentos sociais.

No Brasil um dos mais usados relatórios sociais é o Balanço Social originado a partir da iniciativa de um grupo de empresários ligados Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE que, em 1976, iniciou as primeiras discussões acerca de temas sociais tendo como base de sustentação os padrões éticos e cristãos.

Passados alguns anos dessa primeira fase da discussão do Balanço Social o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE desenvolveu, a partir de discussões realizadas com representantes de empresas do setor público e privado e muitos outros setores da sociedade, um novo modelo de Balanço Social, que é seguido pelas empresas de todos os setores. Foi concretizado, então, o objetivo de se formatar um modelo de elaboração simples e que evidenciasse as ações sociais das organizações para a sociedade.

No Brasil, o Balanço Social não é uma demonstração obrigatória, mas é um dos principais relatórios de *disclosure* do relacionamento da companhia com os seus *stakeholders*, por isso é considerado relevante para a identificação e avaliação da sustentabilidade da organização (MILANI FILHO, 2008). Em outras palavras, o Balanço Social consiste em importante ferramenta para divulgação da sustentabilidade da companhia, ao mesmo tempo em que evidencia suas ações para atender as necessidades de informações de seus *stakeholders*.

Segundo o *website* do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (2009) o Balanço Social é:

um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Portanto, o Balanço Social tem como finalidade ser um instrumento de prestação de contas das ações sociais, ambientais e econômicas da entidade para com os usuários da informação (SILVA, 2007). Em geral, como as demais demonstrações contábeis, o Balanço Social se caracteriza por divulgar informações que devem ser confiáveis, tempestivas, compreensíveis, que possam ser comparadas no transcurso do tempo e que subsidiem a tomada de decisão.

O modelo de Balanço Social do IBASE é composto de sete grandes temas, comuns a todas as empresas, independente de seus tamanhos ou setores onde atuam e são contabilizados durante o exercício de dois anos seguidos, permitindo a análise de crescimento ou decréscimo dos valores ou ações realizadas. Os temas são base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e outras informações (KITAHARA, 2007).

Dos temas que compõem o Balanço Social, os indicadores sociais internos, indicadores sociais externos e indicadores ambientais são de grande importância para este estudo, dado que nos referidos temas são encontrados os valores totais dos gastos sociais realizados pelas organizações de acordo com cada um dos indicadores. Os demais temas do Balanço Social não foram utilizados, pois são índices que são compostos por informações diversas aos gastos com a responsabilidade social da organização.

Os indicadores sociais internos referem-se aos investimentos realizados para atender aos funcionários, dependentes ou aposentados da organização. O tema indicadores sociais externos ressalta todos os investimentos realizados em educação, cultura, saúde e saneamento, esportes, entre outros gastos com o público externo da organização e os tributos excluídos os encargos sociais. O tema indicadores ambientais registra os recursos para investimentos relacionados com a produção ou operação da empresa, os programas ou projetos externos, as metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção e operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais.

3 METODOLOGIA

Considerando-se o objetivo do estudo, a pesquisa é do tipo exploratória e descritiva e adota os procedimentos bibliográfico e documental. O estudo tem natureza quantitativa, aplicando-se estudos descritivos que procuram classificar a relação entre variáveis e investigar a relação de causalidade entre os fenômenos.

A amostra da pesquisa foi composta por onze empresas que compuseram o ISE da BM&FBovespa, das carteiras de 2006/2007 a 2008/2009. As empresas que compõem a amostra estão demonstradas no Quadro 1.

TIPO	EMPRESA
NÃO CONCESSIONÁRIA	BRADESCO
NÃO CONCESSIONÁRIA	BANCO DO BRASIL
NÃO CONCESSIONÁRIA	EMBRAER
NÃO CONCESSIONÁRIA	GERDAU
NÃO CONCESSIONÁRIA	ITAUBANCO
NÃO CONCESSIONÁRIA	PERDIGAO S/A
CONCESSIONÁRIA	CEMIG
CONCESSIONÁRIA	COELCE
CONCESSIONÁRIA	CPFL ENERGIA

CONCESSIONÁRIA	ELETROPAULO
CONCESSIONÁRIA	TRACTEBEL

Quadro 1 – Empresas que compõem a amostra

Fonte: Elaborado pelos autores

A formulação da hipótese do presente trabalho está baseada no referencial teórico que foi apresentado nas seções anteriores. Nesse contexto, a hipótese do presente estudo é a seguinte: os gastos com responsabilidade social das empresas concessionárias e não concessionárias de serviços públicos, que compuseram o ISE durante os anos de 2006/2007 a 2008/2009, são estatisticamente iguais.

As variáveis listadas a seguir e utilizadas no estudo, foram retiradas dos Balanços Sociais das empresas em estudo:

1. Gastos com indicadores sociais internos sobre a receita líquida;
2. Gastos com indicadores sociais externos sobre a receita líquida; e
3. Gastos com indicadores ambientais sobre a receita líquida.

Para a coleta dos dados foi utilizada a técnica de acesso aos Balanços Sociais, Relatórios Anuais e os Relatórios de Sustentabilidade das empresas, disponíveis no *site* da BM&FBOVESPA. Após a coleta, os dados foram dispostos em uma planilha do programa Microsoft Office Excel, permitindo assim que todas as variáveis das empresas componentes na amostra da pesquisa fossem organizadas.

Como técnicas de avaliação estatística foram utilizadas o teste Kolmogorov-Smirnov para testar a normalidade dos dados e, posteriormente, o teste não paramétrico de Mann-Whitney, para observar o comportamento dos indicadores. O processamento dos dados foi realizado com a utilização do *software* estatístico Statistical Package for the Social Sciences – SPSS 15.

O teste de diagnóstico de normalidade é usado para determinar se um conjunto de dados de uma dada variável aleatória é bem modelado por uma distribuição normal ou não, ou para calcular a probabilidade da variável aleatória subjacente estar normalmente distribuída. A partir do resultado do teste de normalidade é que se decidirá pela utilização de um teste de média paramétrico ou não (CORRAR et al., 2007).

Entre os diversos tipos de teste de normalidade existentes o teste utilizado foi o de Kolmogorov-Smirnov. As hipóteses do teste são:

H_o : a distribuição é normal, quando p-valor > nível de significância;

H_1 : a distribuição não é normal, quando p-valor < nível de significância.

Em seguida utilizou-se o teste de média para avaliar se existem diferenças significativas entre as médias de duas ou mais condições. No presente estudo a primeira condição refere-se aos gastos das empresas não concessionárias de serviço público e a segunda condição refere-se aos gastos das empresas concessionárias de serviço de público.

O teste de médias utilizado foi o teste não paramétrico de Mann-Whitney, que é usado quando se tem participantes diferentes em cada condição; o teste avalia se existe uma diferença significativa entre as médias dessas condições (DANCEY, REIDY, 2006).

As hipóteses do teste de Mann-Whitney são:

$H_0: \mu_1 = \mu_2$, quando p-valor > nível de significância;

$H_1: \mu_1 \neq \mu_2$, quando p-valor < nível de significância.

O teste de Mann-Whitney, diferentemente do teste T de Student não é baseado em uma distribuição normal. Assim os valores dos grupos ou condições não precisam ser normalmente distribuídos, por isso faz-se necessário o teste de normalidade.

O nível de significância α indica o grau de confiança na decisão tomada. O presente estudo utiliza o nível de significância de 5%, indicando 95% de segurança na fidedignidade dos resultados; no entanto, há 5% de chance de a conclusão não estar correta.

Os resultados do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov e do teste de média de Mann-Whitney serão apresentados e analisados na seção 5.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Por causa da escolha de qual teste de média utilizar, fez-se necessário a utilização do teste Kolmogorov-Smirnov para averiguar a normalidade, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Teste de Normalidade Kolmogorov-Smirnov

Indicador	p-valor	Decisão
Gastos com indicadores sociais internos sobre a receita líquida	0,000	Rejeitar H_0
Gastos com indicadores sociais externos sobre a receita líquida	0,000	Rejeitar H_0
Gastos com indicadores ambientais sobre a receita líquida	0,046	Rejeitar H_0

Fonte: Elaboração dos autores

A partir dos resultados do teste de Kolmogorov-Smirnov, percebe-se que o p-valor das três variáveis é menor que o nível de significância utilizado na pesquisa. Portanto, a decisão correta é a de rejeitar H_0 , ou seja, as variáveis não apresentam distribuição normal.

Como todas as variáveis não apresentaram distribuição normal pode-se efetuar o cálculo do teste de médias de Mann-Whitney, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Teste de média de Mann-Whitney

Indicador	p-valor	Decisão
Gastos com indicadores sociais internos sobre a receita líquida	0,002	Rejeitar H_0
Gastos com indicadores sociais externos sobre a receita líquida	0,588	Aceitar H_0
Gastos com indicadores ambientais sobre a receita líquida	0,003	Rejeitar H_0

Fonte: Elaboração dos autores

A partir dos resultados do teste de média de Mann-Whitney pode-se concluir que somente a variável gastos com indicadores sociais externos sobre a receita líquida possui média estatisticamente similar para os dois tipos de empresas, concessionárias de serviço público e não concessionária.

Já as variáveis gastos com indicadores sociais internos sobre a receita líquida e gastos com indicadores ambientais sobre a receita líquida não possuem médias estatisticamente similares para os dois tipos de empresas.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desse estudo consistiu em identificar se as empresas concessionárias de serviços públicos possuem investimentos em responsabilidade social iguais aos das empresas não concessionárias de serviços públicos.

A amostra utilizada foi composta de seis empresas não concessionárias e cinco empresas concessionárias de serviços públicos que compuseram o ISE da BM&FBOVESPA durante o período de 2006/2007 à 2008/2009. Para atingir o objetivo proposto, fez-se o uso do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov e após do teste de média de Mann-Whitney, concluindo-se que todas as variáveis não possuem distribuição normal e que somente a variável gastos com indicadores sociais externos sobre a receita líquida não apresenta diferença significativa nas médias para as empresas concessionárias e não concessionárias de serviços públicos. Portanto, a hipótese foi aceita em parte.

O resultado apresentado não pode levar à conclusão de que os valores da variável gastos com indicadores sociais externos sobre a receita líquida apresentam são os mesmos para as empresas concessionárias e não concessionárias de serviços públicos, mas pode-se concluir que as médias dessa variável são semelhantes.

Apesar dos resultados obtidos e das conclusões apresentadas, deve-se levar em consideração a limitação da pesquisa referente ao período de estudo (três anos) e ao número de empresas (apenas 11). Essa utilização ocorreu devido à necessidade de se trabalhar com uma base de dados homogênea e pelo fato de que o ISE surgiu no Brasil em novembro de 2005.

Apresentam-se, como sugestões para pesquisas futuras, onde sejam trabalhados os mesmos objetivos, que se aumente a amostra de empresas concessionárias e não concessionárias bem como se aumente o horizonte temporal da pesquisa, com o intuito de averiguar se os resultados encontrados serão os mesmos.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia de Almeida(coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS & FUTUROS. **Empresas listadas**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em: 01 dez. 2009.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS & FUTUROS. **Índice de Sustentabilidade Empresarial**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/ISE.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2009.

BORBA, Paulo da Rocha Teixeira. **Relação entre desempenho social corporativo e desempenho financeiro de empresas no Brasil**. 2005. 127 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 set. 1998. Disponível em <www.senado.gov.br>. Acesso em 01 out. 2008.

CORRAR, Luiz J et al. **Análise multivariada**: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. São Paulo: Atlas, 2007.

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. **Estatística sem matemática para psicologia**: usando SPSS para Windows. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FREIRE, Fátima de Souza. **Balanco social**. Brasília: SEBRAE, 2003 (Série Contabilizando o Sucesso).

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLANDA, Allan Pinheiro. **A influência dos investimentos em responsabilidade social corporativa na criação de valor das organizações**: o caso das empresas do setor elétrico brasileiro participantes da BM&FBOVESPA. 2009. 51 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Publique seu Balanco Social**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 01 maio 2009.

INSTITUTO ETHOS EMPRESAS E RESPONSABILIDADES SOCIAL. **Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade**. São Paulo, 2001.

KITAHARA, José Renato. **Responsabilidade social e desempenho financeiro das empresas**: um estudo empírico utilizando o balanço social padrão IBASE. 2007. 178p. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MACHADO, Márcia Reis et al. Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. **Revista Universo Contábil**. Blumenau (SC), v. 5, n. 2, p. 24-38, abr./jun., 2009.

MACHADO FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro. **Responsabilidade social corporativa e a criação de valor para as organizações**: um estudo multicasos. 2002. 204 p. Tese (Doutorado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2002.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v.19, n. 47, p. 89-101, maio/ago., 2008.

OLIVEIRA, Bruno Cals et al. Responsabilidade social corporativa: um estudo de caso de empresas exportadoras cearenses do setor calçadista. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 17-28, jan./jun., 2006.

OLIVEIRA, Marcelle Colares et al. Análise das Ações de Responsabilidade Social Empresarial Divulgadas Nas Demonstrações Contábeis das Distribuidoras de Energia do Grupo Empresarial Guarani S.a. Segundo O Modelo Analítico de Hopkins. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 4., 2004, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2004. Disponível em: < <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/183.pdf>>. Acesso em 07 fev 2010.

SANTANA, Naja Brandão. **Responsabilidade socioambiental e valor da empresa**: uma análise por envoltória de dados de empresas distribuidoras de energia elétrica. 2008. 326p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Amara Lemos da. **A relevância dos indicadores socioambientais na análise dos investimentos sociais e ambientais nas distribuidoras de energia elétrica no Brasil no período de 2005 e 2006.** 2007. 94p. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.